

O TERRITÓRIO DOS PALMARES: CARTOGRAFIA, HISTÓRIA E POLÍTICA*

Silvia Hunold Lara  

Universidade Estadual de Campinas

No início da década de 1990, um grupo de arqueólogos decidiu realizar escavações em Palmares e se deparou com uma grande dificuldade: localizar os mocambos do mais extenso e duradouro assentamento de fugitivos da história da escravidão no Brasil. O projeto se revestia de um interesse arqueológico, historiográfico e, também, político. Em 20 de novembro de 1995, completar-se-iam 300 anos da morte de Zumbi, a última grande liderança dos Palmares, e as prospecções visavam contribuir para o conhecimento da cultura material, da vida cotidiana e da estrutura organizacional dos mocambos, a partir da arqueologia histórica.¹

No início, os arqueólogos pretendiam recorrer à bibliografia sobre os Palmares para determinar os locais associados aos dez principais mocambos e a entrevistas com moradores da região para colher tradições que pudessem vincular esses lugares aos assentamentos do século XVII.² A tarefa, no entanto, mostrou-se bem mais complexa do que parecia à primeira vista. Depois de mais de um ano de investigações, diante das controvérsias a respeito da localização dos mocambos e de problemas logísticos para cobrir uma extensa região e sítios de difícil acesso, o grupo

* Agradeço o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que, por meio de vários projetos, financiaram a pesquisa na qual se baseia esse artigo. Agradeço também os comentários de Felipe Aguiar Damasceno e dos colegas da área de História Social da Unicamp a uma versão inicial do texto.

1 Charles E. Orser Jr., *In Search of Zumbi: Preliminary Archaeological Research at the Serra da Barriga, State of Alagoas, Brazil*, Normal: Illinois State University Research Office, 1992, pp. 9-10.

2 Orser Jr., *In Search of Zumbi*, p. 10.

acabou por restringir as prospecções a pontos na serra da Barriga, a oeste do atual município alagoano de União dos Palmares.³

Não pretendo aqui avaliar as escolhas realizadas pelos arqueólogos, nem os resultados que obtiveram em suas escavações ou as conclusões a que chegaram a partir delas. Este artigo trata da dificuldade que tiveram de enfrentar ao se debruçarem sobre a geografia dos Palmares. Quais as dimensões espaciais do mais importante movimento de resistência da história dos africanos escravizados no Brasil? Onde ficavam os mocambos? Qual a natureza das controvérsias a respeito de sua localização? A resposta para estas questões está diretamente relacionada ao modo como a historiografia sobre Palmares foi construída e como, em especial, sua representação cartográfica foi elaborada.

Apesar de sua longevidade e extensão, do medo que despertou e do ônus que impôs às autoridades coloniais e aos senhores de engenho e de currais em Pernambuco, os Palmares não aparecem nos vários mapas seiscentistas holandeses nem nos poucos que foram traçados para ou por ordem da administração colonial portuguesa na segunda metade do século XVII. Em fevereiro de 1694, poucos dias depois de destruída a cerca do Barriga, o governador de Pernambuco ordenou que Bento Surrel Camilio fosse até o local para “tratar da cura dos soldados feridos” e, também, para desenhar uma “planta do dito outeiro”⁴ – da qual nunca se teve notícia.

Mesmo sem qualquer registro em mapas, desenhos ou plantas, a localização dos mocambos era conhecida pelos contemporâneos, como bem demonstram os documentos que tratam da organização das expedições enviadas contra eles ou registram os debates sobre o melhor caminho para atacá-los.⁵ Essas fontes, no entanto, foram pouco consultadas

3 Orser Jr., *In Search of Zumbi*, pp. 11-14.

4 Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Coimbra, Coleção Conde dos Arcos (CCA), Disposições dos Governadores de Pernambuco, 1648-1696 (VI III-I-1-31), fl. 572v, d. 49, *Ordem de Caetano de Melo e Castro de 17 de fevereiro de 1694*.

5 Ver, por exemplo: Dagelijkse Notule de 2 de fevereiro de 1644 e Generale Missive ao Conselho dos XIX de 5 de abril de 1644 *apud* José Antônio G. Mello, *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, pp. 193-194; AUC CCA VI III-I-1-31,

pelos estudiosos da história dos Palmares que, quase sempre, preferiram recorrer ao diário de uma expedição inicialmente liderada por Johan Blaer, em 1645, e a uma Relação escrita em 1678.⁶ Certamente esses dois textos oferecem os dados geográficos mais detalhados sobre os Palmares, mas tudo indica que tiveram uma circulação um tanto restrita na época e, como já notava o desembargador Pontes em 1841, contêm indicações que nem sempre podem ser identificadas ou localizadas nas cartas disponíveis para as regiões de Pernambuco e Alagoas.⁷ Diante do silêncio dos mapas, foi com base naqueles dois relatos e em alguns outros poucos documentos que, ao longo do século XX, se construiu uma cartografia dos Palmares.

A obra de Edison Carneiro, publicada no México em 1946 e logo no ano seguinte no Brasil, foi a primeira a oferecer uma análise completa da história dos Palmares, associando abordagens anteriores que enfatizavam suas origens africanas a uma perspectiva libertária, que ressaltava a luta dos fugitivos contra a escravidão. É um trabalho de fôlego, inteiramente dedicado ao tema, que se baseia na bibliografia então disponível e na documentação publicada nas revistas dos institutos históricos e, especialmente, na coletânea organizada por Ernesto Ennes.⁸

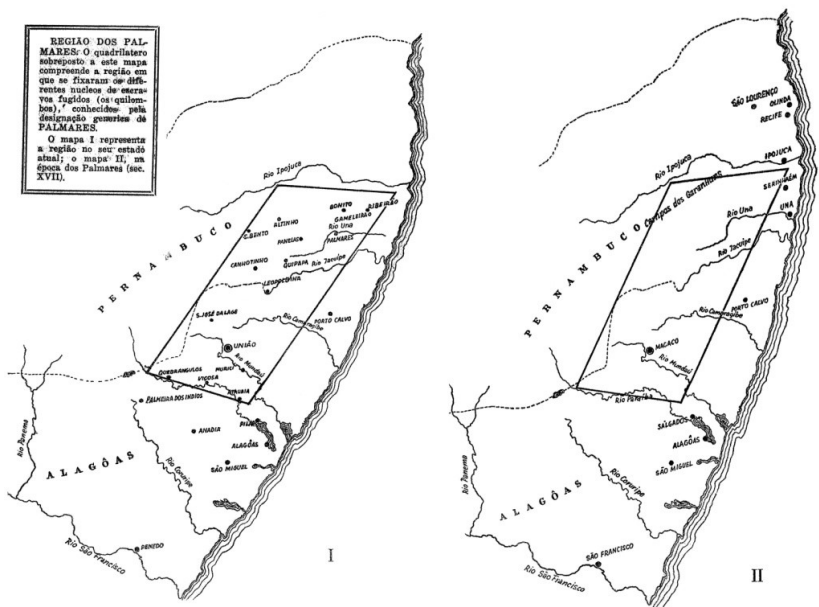
ff. 66v-67v, d. 61; Biblioteca da Ajuda (BA), Lisboa, Movimento do Orbe Lusitano, cod. 50-V-37, ff. 230-231, d. 81, *Carta de Manuel de Inojosa ao príncipe regente dom Pedro*, 1677.

- 6 Os dois documentos foram lidos, até bem recentemente, em suas versões impressas: “Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, v. 10, n. 56 (1902), pp. 87-96; “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida de 1675 a 1678”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 22 (1859), pp. 303-329. Apesar dos problemas de tradução ou transcrição que apresentam, essas publicações são utilizadas em algumas citações neste artigo, conforme tenham servido de apoio para as obras em análise.
- 7 Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, “Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geographia no Brasil?”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 3, n. 10 (1841), pp. 152-153.
- 8 Edison Carneiro, *Guerras de los Palmares*, México: Fondo de Cultura Economica, 1946; Carneiro, *O quilombo dos Palmares, 1630-1695*, São Paulo: Brasiliense, 1947 [2ª ed. revista, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958; 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; 4ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988; 5ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2011]; Ernesto Ennes, *As guerras nos Palmares (subsídios para a sua história)*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

O investimento mantinha diálogo direto com o movimento negro e marcou a historiografia ao valorizar abertamente as ações de resistência dos cativos.

Além da descrição das várias fases da história dos mocambos e das diversas expedições enviadas contra eles, a edição brasileira de 1947 ofereceu aos leitores a primeira tentativa de cartografar os Palmares.⁹ São dois mapas que mostram o “quadrilátero onde se fixaram os diferentes núcleos de escravos fugidos”, assinalados em relação às cidades atuais e às vilas existentes no século XVII. É uma representação global da “região dos Palmares” que somente identifica sua “capital”, Macaco.

Figura 1
Mapas publicados na obra de Edison Carneiro, em 1947



9 Carneiro, *O quilombo dos Palmares*, pp. 8-9. Os dois mapas não foram reproduzidos nas edições posteriores.

Carneiro não referencia as fontes nas quais se baseou, mas menciona um requerimento redigido por volta de 1697 ou 1698, em que Domingos Jorge Velho, comandante das tropas paulistas que destruíram a cerca no outeiro do Barriga, em 1694, reivindicava “um paralelogramo de terra” de 1.060 léguas quadradas, situado entre os campos de Cunhaú e o rio Ipojuca, que ele dizia ter sido habitado pelos negros, e um parecer do procurador da Fazenda de 1695, no qual consta que “as terras dos Palmares” teriam “de comprimento mais de 90 léguas e de largura ao redor de 50”.¹⁰ Sem comentar diretamente os mapas, o autor caracteriza a região como sendo “montanhosa e difícil”, cobrindo uma área que

vinha desde o planalto de Garanhuns, no sertão de Pernambuco, atravessando várias ramificações dos sistemas orográficos central e oriental, até as serras dos Dois Irmãos e do Bananal, no município de Viçosa (Alagoas), compreendendo, entre outras, a serra do Cafuchi, da Jussara, da Pesqueira, do Comonati e do Barriga.¹¹

A descrição parece ter se baseado nas observações anteriores de Alfredo Brandão.¹² Em uma obra dedicada a narrar os eventos marcantes de sua cidade natal, Brandão recorreu a informações oferecidas pelo diário holandês da expedição enviada aos Palmares em 1645 e pela Relação de 1678, que oferece a mais precisa descrição do local dos mocambos:

na distância de 60 léguas, se acham distintos palmares, a saber, ao noroeste o mocambo do *Zambi*, 16 léguas de Porto Calvo; e ao norte deste, distância de cinco léguas, o de *Arotirene*; e logo para a parte do leste destes dois mocambos chamados os das *Tabocas*; e destes ao noroeste 14 léguas o de *Dambrabanga*; e ao norte deste oito léguas, a cerca chamada *Subupira*; e ao norte desta seis léguas a cerca real

10 Carneiro, *O quilombo dos Palmares*, pp. 19, 33, 170.

11 Carneiro, *O quilombo dos Palmares*, p. 28.

12 A obra de Carneiro não referencia fontes e obras em notas, contendo apenas um apanhado bibliográfico ao final do volume, no qual o autor afirma que Alfredo Brandão foi o “historiador alagoano quem mais se aproximou da verdade”. Carneiro, *O quilombo dos Palmares*, p. 182; Alfredo Brandão, *Viçosa das Alagoas: o município e a cidade*, Recife: Imprensa Industrial, 1914, pp. 18-37; Brandão, “Os negros na história de Alagoas”, *I Congresso Afro-Brasileiro Reunido no Recife em 1934*, Rio de Janeiro, 1935.

chamada o *Macaco*; ao oeste desta cinco léguas o mocambo do *Osenga* e nove léguas da nossa povoação de Sirinhaém para o noroeste a cerca do *Amaro*; e 25 léguas das Alagoas para o noroeste o palmar de *Andalaquituxe*, irmão do *Zambi*; e entre todos estes que são os maiores e mais defensáveis, há outros de menor conta e de menos gente. Distam estes mocambos das nossas povoações mais ou menos léguas conforme o lançamento deles, porque como ocupam o vão de 40 ou 50 léguas, uns estão mais remotos, outros mais próximos.¹³

Além de indicar que os mocambos ocupavam uma região que vai “do rio de São Francisco até o cabo de Santo Agostinho” e estavam próximos das vilas de Ipojuca, Sirinhaém, Alagoas, Una, Porto Calvo e São Miguel, a Relação de 1678 menciona ainda que *Subupira*, atravessada pelo rio Cachingi, distava cinco ou seis léguas de *Macaco* e 45 de Porto Calvo; e que a cerca de *Aqaltune* estava situada a 30 léguas a noroeste de Porto Calvo.¹⁴

Sem ter a intenção de “historiar a guerra dos Palmares, e sim demonstrar quais foram os lugares do atual município de Viçosa que serviram de cenário a essas lutas”, Brandão interpretou os dados geográficos oferecidos pelas fontes a partir de seu conhecimento da região e de tradições orais conservadas por “habitantes antigos de Viçosa”.¹⁵ Seu texto é argumentativo, expõe o raciocínio seguido para determinar os locais e dialoga com outros autores que o antecederam, como Nina Rodrigues e Rocha Pombo.¹⁶ Anos mais tarde, Brandão reproduziu grande parte de seus argumentos, com alguns acréscimos, na apresentação sobre

13 “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco”, p. 304. Nas citações, a grafia e a pontuação foram atualizadas. Aqui e em todo o artigo, os nomes dos mocambos são grafados em itálico, tal como aparecem nos originais, sejam eles manuscritos ou impressos. As alterações que sofreram ao longo do tempo e nos vários textos merecem um estudo específico, que extravasa os objetivos e os limites deste texto.

14 “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco”, pp. 307-308, p. 317.

15 Brandão, *Viçosa das Alagoas*, p. 34.

16 Nina Rodrigues, “A Troya negra: Erros e lacunas da história dos Palmares”, *Revista do Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco*, v. 11, n. 63 (1904), pp. 645-572. Com algumas modificações, o texto foi incluído no livro póstumo *Os africanos no Brasil*, com o título “As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX. Palmares”, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932, pp. 113-150;

a presença negra em Alagoas que fez em 1934 no Primeiro Congresso Afro-Brasileiro.¹⁷

As conclusões a que chegou (marcadas por boa dose de ufanismo regional) foram de que os Palmares não estavam circunscritos à serra da Barriga, como afirmavam alguns historiadores regionais, mas estendia-se pelos vales dos rios Paraíba e Mundaú, concentrando-se na área dos atuais municípios de União dos Palmares e Viçosa, “principalmente [n]este último, o qual foi o berço e o túmulo da república dos Palmares”.¹⁸

Segundo ele, os mocambos mais antigos, atacados pelos holandeses, estavam situados nas proximidades do rio Paraíba, da serra Dois Irmãos e de afluentes do rio Mundaú.¹⁹ Nas “faldas da serra da Barriga” ficava o “Novo Palmares”, aniquilado pelos holandeses, mas reconstruído “mais tarde” para se tornar a cerca real de *Macaco*.²⁰ Brandão orgulhava-se de ter sido ele a descobrir esta localização, corroborada pelo fato de União ter tido o nome de Macaco até 1831, e por entender que *Behe* – nome da serra mencionada pelo holandês Gaspar Barléu²¹ como local do Grande Palmares – era uma palavra do dialeto cariri cuja forma plural *berig* (vermelhos ou índios) fora mal entendida pelos portugueses, que passaram a chamar a serra *barriga*.²²

Brandão afirmava ainda que os mocambos de *Osenga*, *Andalaquituche* e *Dambrabanga* “ficavam em terras de Viçosa”. O primeiro estava localizado entre os ribeiros Paraibinha e Jundiá, “quase no sítio” em que “mais tarde foi criado o aldeamento do Limoeiro”, distante seis léguas de *Macaco* e onde havia “um antigo lugarejo por nome Perdidos, povoado

José Francisco da Rocha Pombo, *História do Brasil*, Rio de Janeiro: Joaquim Fonseca Saraiva (v. 1-3), [19--?]; Benjamim de Aguiar (v. 4-10), [entre 1905 e 1917].

17 Brandão, “Os negros na história de Alagoas”, pp. 60-77.

18 Brandão, *Viçosa das Alagoas*, pp. 16-17.

19 Brandão, *Viçosa das Alagoas*, pp. 18-22; Brandão, “Os negros na história de Alagoas”, pp. 62-65.

20 Brandão, *Viçosa das Alagoas*, p. 22; Brandão, “Os negros na história de Alagoas”, p. 65.

21 Casparis Barlaei, *Rerum per octenium in Brasilia*, Amsterdã: Ionnis Blaev, 1647, p. 243.

22 Brandão, “Os negros na história de Alagoas”, p. 65.

de negros livres”.²³ O segundo tinha “todas as possibilidades de ter sido situado na serra do Cafuchy”, situada cerca de 25 léguas a noroeste de Alagoas.²⁴ O terceiro estava no local do povoado de Sabalangá, “habitado por negros livres desde os tempos mais remotos de Viçosa”, que fica “mais ou menos 14 léguas ao sul de União [...] entre *Macaco* e *Dambrabanga*”, correspondendo ao pequeno Palmares mencionado por Barléu. *Subupira*, por sua vez, devia ficar “nas imediações da serra da Jussara, nas cabeceiras do rio Satuba”.²⁵

Diferentemente da Relação de 1678, que toma Porto Calvo como ponto referencial para localizar os mocambos, distribuídos todos a noroeste desta vila (com exceção de *Andalaquituche*, a noroeste de Alagoas), Brandão parte do roteiro descrito no diário de 1645, que começa em Salgados indo para o sul, em direção ao rio São Miguel, e depois segue para o norte, chegando aos rios Paraíba e Mundaú. Conferindo as informações constantes nesta fonte com as distâncias mencionadas na Relação de 1678 e interpretando os nomes dos rios registrados na documentação para identificar os atuais cursos de água (como no caso do rio Cachingi, que ele julga ser o Satuba), sua argumentação estabelece uma continuidade entre os Palmares do tempo dos holandeses e os descritos em 1678. O procedimento é referendado pela aproximação dos lugares atribuídos aos mocambos com os de povoados de “negros livres”, cuja existência ele remete a tempos “remotos”. Assim, os mocambos que, pela Relação de 1678, estavam situados a noroeste de Porto Calvo acabaram por ser localizados bem mais ao sul, a noroeste de Alagoas do Sul.

Carneiro seguiu Brandão, mas adotou um tom mais afirmativo, sem expor critérios ou argumentos. Ele também recorreu ao diário holandês de 1645 e à Relação de 1678 (ambos reproduzidos no anexo documental de seu livro) e situou igualmente a cerca real de Macaco no atual município

23 Brandão, *Viçosa das Alagoas*, p. 24; Brandão, “Os negros na história de Alagoas”, pp. 66-67.

24 Brandão, *Viçosa das Alagoas*, p. 24; Brandão, “Os negros na história de Alagoas”, p. 67.

25 Brandão, *Viçosa das Alagoas*, pp. 25-26, p. 28; Brandão, “Os negros na história de Alagoas”, pp. 67-68.

de União dos Palmares, à margem esquerda do rio Mundaú, indicando ter sido ali o Grande Palmares atacado pelos holandeses em 1645, a capital onde residia Ganga Zumba em 1677 e 1678, e a grande cerca governada por Zumbi, destruída em 1694. Também localizou *Subupira* “entre os ribeiros Paraibinha e Satuba”, *Andalaquituche* na serra do Cafuxi, o de *Aqaltune* em São José da Lage, o de *Osenga* “nas proximidades do arraial do Limoeiro, entre os ribeiros Paraibinha e Jundiá, município de Viçosa”, o de *Dambrabanga* “no povoado de Sabalanga, município de Viçosa, no caminho da serra dos Dois Irmãos”, que ele também aventa ter sido “o pequeno Palmares de Barléu”.²⁶

Apesar de explicitar que a localização dos mocambos de *Andalaquituche*, *Aqaltune*, *Osenga* e *Dambrabanga* eram “apenas conjecturas”,²⁷ o livro de Carneiro acabou por fixar a continuidade geográfica entre os Palmares atacados pelos holandeses e os mencionados na crônica de 1678, estendendo-a, agora, até 1694. Brandão havia dado menos atenção ao último período da história dos Palmares, mais interessado em demonstrar que, depois de 1694, Zumbi se refugiara em Sabalanga e, em seguida, na serra Dois Irmãos.²⁸ A importância da obra de Carneiro para a historiografia dos Palmares tornou esta distribuição espacial dos mocambos mais conhecida. A publicação dos mapas, com a locação de *Macaco* em União dos Palmares, deu-lhe uma materialidade gráfica.²⁹

Esta apreensão da geografia dos Palmares se manteve, em termos gerais, mesmo com a publicação da obra de Décio Freitas, em 1971, no Uruguai, e, em 1973, no Brasil. Inicialmente baseado apenas na documentação impressa, o livro foi diversas vezes revisado e reeditado até 1984, incorporando uma ampla investigação nos arquivos. A “guerra

26 Carneiro, *O quilombo dos Palmares*, p. 41. Os dois documentos foram reproduzidos a partir das publicações feitas nas revistas dos institutos históricos, mencionadas acima na nota 6, e estão nas pp. 187-206 e pp. 231-239.

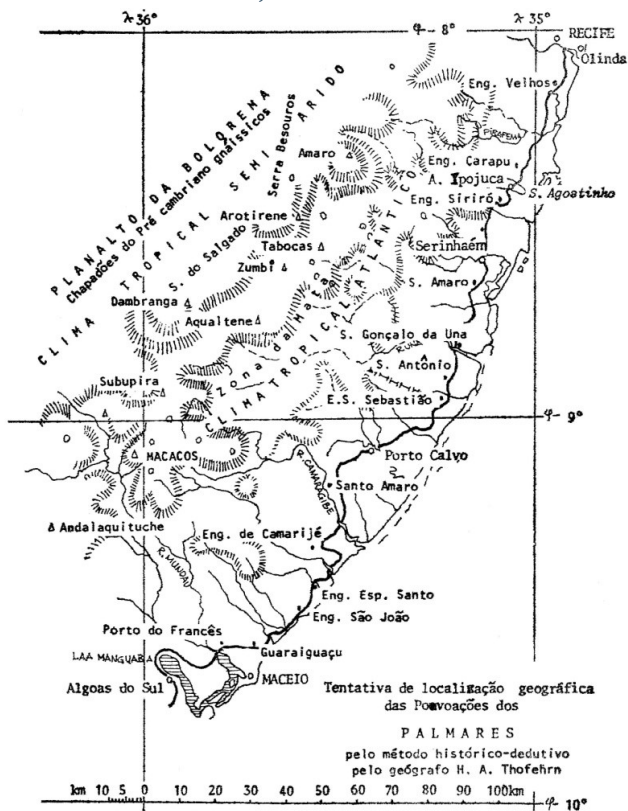
27 Carneiro, *O quilombo dos Palmares*, p. 41.

28 Brandão, *Viçosa das Alagoas*, pp. 30-34; Brandão, “Os negros na história de Alagoas”, pp. 73-76.

29 Apesar de mencionar que *Macaco* estava localizado nas “faldas da serra do Barriga”, que ficam à direita do rio Mundaú, ao atribuir-lhe o mesmo lugar da cidade de União dos Palmares, Carneiro acaba por situar o mocambo à esquerda desse rio.

dos escravos” contra seus senhores e a resistência tenaz de seus líderes, tal como narradas por Freitas, tornaram-se praticamente a versão oficial da história dos Palmares. Desde a primeira edição uruguaia, a obra traz um segundo mapa dos Palmares, elaborado pelo geógrafo Hans Augusto Thofehn, que anota ter feito uma “tentativa de localização das povoações dos Palmares pelo método histórico-dedutivo”.³⁰

Figura 2
Mapa publicado na obra de Décio Freitas, em 1971-1973



30 Décio Freitas, *Palmares: la guerrilla negra*, Montevideu: Editorial Nuestra America, 1971, pp. 7-8; Freitas, *Palmares: a guerra dos escravos*, Porto Alegre: Movimento, 1973, p. 7. O mapa foi reproduzido em todas as edições posteriores do livro de Décio Freitas [2ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 9; 3ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 9; 4ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 9; 5ª ed., reescrita, revista e ampliada, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984, p. 33].

Mais uma vez, as referências bibliográficas e documentais são indicadas coletivamente em uma “nota bibliográfica” final, sem que as fontes ou os critérios adotados para a localização dos mocambos sejam explicitados. O mapa traz vários nomes que lembram os mencionados na Relação de 1678, mas nem sempre respeita as informações ali registradas. Como se pode ver, a localização dos mocambos do *Zumbi*, *Arotirene*, *Amaro*, *Andalaquituche* e (apenas um) das *Tabocas* segue os dados oferecidos por esse documento. Mas *Dambranga* está a sudoeste e não a noroeste das *Tabocas*, *Subupira* está ao sul e não ao norte de *Dambranga*, *Macacos* está ainda mais ao sul e não ao norte, e *Osenga* sequer é assinalado.

Em seu texto, Freitas não comenta diretamente o mapa elaborado por Thofehrn, afirmando somente que os Palmares estavam situados nas “ramificações meridionais do sistema da [Serra] da Borborema”. Ao tratar das expedições holandesas contra os mocambos, no entanto, indica que os Palmares Grandes ficavam à margem do rio Paraíba, a 20 léguas de Alagoas do Sul, e os Pequenos “no sopé de uma serra que chamavam Behé, distante 30 léguas de Santo Amaro”, acompanhando em seguida a descrição do roteiro do militar holandês de 1645.³¹ Mais adiante, descreve a localização das “povoações palmarinas”, associando, com algumas adaptações, as indicações oferecidas por Edison Carneiro. Segundo ele, *Macaco* estava localizado “sobre a serra da Barriga, num ponto a sudoeste da atual cidade alagoana de União dos Palmares”; *Amaro*, a 54 km a noroeste de Sirinhaém; *Subupira*, nas cabeceiras do rio Satuba, próximo à serra da Juçara; *Osenga*, entre os rios Paraibinha e Jundiá, onde “existiu o aldeamento do Limoeiro”, a 20 km a oeste de *Macaco*; *Zumbi* a 96 km a noroeste de Porto Calvo; *Acotirene*, a 30 km ao norte de *Zumbi* e 180 km a noroeste de Porto Calvo; “duas povoações contíguas chamadas *Tabocas*, a leste de *Zumbi* e *Acotirene*”; *Danbrabanga*, a 84 km de *Tabocas* (“onde depois existiu o povoado de Sabalangá, no caminho da serra Dois Irmãos”); *Andalaquituche*, a 150 km a noroeste de Alagoas, na serra do Cafuxi. Acrescentou ainda, numa rápida frase final, sem qualquer referência,

31 Freitas, *Palmares*, pp. 62-64.

as povoações de *Alto Magano* e *Curiva* situadas “nas redondezas da atual cidade de Garanhuns”.³²

Assim, *Macaco* subiu do sopé da serra para ficar “sobre” ela, que passou a ser chamada da Barriga e não do Barriga.³³ Os mocambos de *Zumbi*, *Amaro* e *Acotirene*, que não haviam sido mencionados por Brandão e Carneiro, aparecem distribuídos conforme a Relação de 1678. Embora Freitas trate rapidamente da localização dos Palmares Grandes e Pequenos em outra parte do livro, ao seguir as indicações geográficas de Brandão e Carneiro para localizar *Macaco*, *Subupira*, *Osenga* e *Andalaquituche*, ele acabou, indiretamente, por reiterar a continuidade entre os mocambos atacados pelos holandeses e os registrados na Relação de 1678. Ao narrar os acontecimentos posteriores, também adotou o nome de *Macaco* para a cerca destruída em 1694.³⁴

Não deixa de ser curioso notar que a descrição textual de Freitas mantém algumas diferenças em relação aos locais cartografados por Thofehrn. Além de nomes alterados (*Arotirene/Acotirene*, *Dambranga/Danbrabanga*), ausentes (*Osenga*) ou exclusivos (*Aqaltene*), o mapa assinala *Macacos* à esquerda do rio Mundaú, enquanto Freitas situa *Macaco* na serra da Barriga, que fica à direita. Apesar das incongruências entre texto e mapa, ambos são convergentes ao distribuir os mocambos pela mesma extensão do quadrilátero desenhado por Carneiro em 1947. Assim, a nova representação cartográfica dos Palmares reforçou a anterior, acrescentando-lhe mais detalhes, e fez fortuna historiográfica, sendo reproduzida fielmente ou com pequenas modificações por diversos autores.³⁵

32 Freitas, *Palmares*, pp. 62-64.

33 Freitas, *Palmares*, pp. 39-40, pp. 69-70.

34 As fontes registram outeiro ou serra do Barriga, talvez por conta da alcunha de Antônio Bezerra Monteiro, o Barriga, patriarca de tradicional família proprietária de terras na região. Não há clareza sobre a mudança do nome da serra para o feminino. Aloísio Vilela de Vasconcelos, *O assassinato de Zumbi: o sadismo de um crime*, Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2014 (ebook) questiona se as duas denominações designam o mesmo local.

35 Para uma reprodução fiel e referenciada dos mapas publicados por Carneiro e Freitas, ver: Benjamin Péret, *O quilombo dos Palmares*, Porto Alegre: Editora da UFRGS,

Deste modo foi se cristalizando uma geografia dos Palmares que fixou suas dimensões territoriais e localizou *Macaco* na serra da Barriga. Ela combinava perfeitamente com a apreensão linear e unívoca da história dos Palmares, que vinha se desenvolvendo ao longo do século XX. A esmagadora maioria dos estudiosos tratava Palmares como um único movimento, nascido da resistência à escravidão e da luta pela liberdade, que havia sobrevivido durante quase todo o século XVII. Crescendo no período da ocupação holandesa, os mocambos haviam enfrentado as expedições lançadas contra eles durante décadas e, mesmo com a destruição da cerca do Barriga, em 1694, reapareciam até as décadas iniciais do século XVIII. Tal linearidade justificava que as informações sobre a vida nos Palmares, sua organização política e social, bem como suas dimensões territoriais, pudessem ser retiradas de várias fontes, sem muita atenção à cronologia.

Para quase todos os estudiosos, o interesse pela história dos Palmares estava diretamente sintonizado com as lutas do movimento negro no Brasil contra o racismo e em busca de direitos e cidadania. Ao longo do século XX, Palmares e Zumbi foram se tornando referências políticas cada vez mais importantes para as reivindicações libertárias, culminando na eleição do 20 de novembro, data da morte de Zumbi, como Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil.³⁶

Foi esta confluência entre história, geografia e política que orientou o tombamento da serra da Barriga pelo Instituto do Patrimônio Histórico

2002, p. 147, 149, 151. Para uma reprodução com adaptações sem a devida referência, ver: Pedro Paulo de Abreu Funari, “A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana” in João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996), p. 30. Mesmo autores que criticam as representações cartográficas centradas no oceano Atlântico e orientadas para o Norte, mudando a convenção geralmente utilizada, reproduzem esta distribuição espacial. Ver: Jessica A. Krug, *Fugitive Modernities. Kisama and the Politics of Freedom*, Durham: Duke University Press, 2018, “Note on Cartography”, p. 150.

36 Oliveira Silveira, “Vinte de novembro: história e conteúdo” in Petronilha Beatriz Gonçalves Silva e Valter Roberto Silvério (orgs.), *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica* (Brasília: Inep; MEC, 2003), pp. 21-42.

Nacional, iniciado em 1981. A carta de 2 de julho de 1981, que solicitou a abertura do processo, explicita que era ali o “local onde se estabeleceu no século XVII o quilombo dos *Macacos*, sede dos quilombos dos *Palmares*”.³⁷ Em 20 de novembro de 1985, o pedido foi homologado e, três anos depois, a serra da Barriga foi declarada Monumento Nacional.³⁸

Entre os documentos produzidos para subsidiar o processo de tombamento, destaca-se um Relatório Preliminar, preparado provavelmente em 1985 pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro da Universidade Federal de Alagoas, que apresenta diversas “considerações geográficas” sobre os mocambos situados neste estado brasileiro: *Macacos*, “localizado a oeste da atual cidade de União dos Palmares, na serra da Barriga”; *Subupiraé*, “nas nascentes do rio Satuba, próximo à serra da Juçara”; *Dambrapanga*, “no caminho da serra de Dois Irmãos, no atual município de Viçosa”; e “*Andalaquituche* ou *Andalaquituxe*, na serra do Cafuxi, em terras do município de Santana do Mundaú”. Os outros (*Santo Amaro*, *Osenga*, *Zumbi*, *Acotirene*, *Tabocas*, *Alto Mangano* e *Curiva*) são elencados mas não receberam atenção, provavelmente por ficarem em Pernambuco.³⁹

A descrição está explicitamente apoiada em Décio Freitas, sem qualquer justificativa para as variações nos nomes adotados para designar os mocambos. Apesar de se referir a um “patrimônio histórico-arqueológico-ecológico-paisagístico da República Federativa do Brasil” (e, portanto, nacional), há um inexplicável recorte estadual – talvez por ter sido elaborado por estudiosos e militantes ligados a instituições e entidades de Alagoas. Ainda que a obra de Edison Carneiro seja mencionada na bibliografia que integra este Relatório,⁴⁰ o mocambo de *Aqaltune*, localizado

37 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Brasília, Serra da Barriga, Quilombo dos Palmares, no município de União dos Palmares, Estado de Alagoas, Processo de Tombamento n. 1069-T-1982 (1981-2004), v. 2, fl. 2, *Relatório Preliminar* ☒.

38 IPHAN, Processo de Tombamento n. 1069-T-1982 (1981-2004), v. 2, ff. 173-174, v. 3, fl. 23.

39 IPHAN, Processo de Tombamento n. 1069-T-1982 (1981-2004), v. 2, fl. 84.

40 IPHAN, Processo de Tombamento n. 1069-T-1982 (1981-2004), v. 2, fl. 92.

por ele no município alagoano de São José da Laje, não foi incluído (talvez porque ausente em Freitas). Também o conterrâneo Alfredo Brandão foi esquecido, embora tenha sido um dos responsáveis por forjar esta matriz interpretativa da geografia dos Palmares.

Um dos mapas constantes no relatório oferece uma representação cartográfica do que foi dito acima.⁴¹ Mais que uma geografia dos Palmares, o desenho mostra o estado de Alagoas e, nele, os locais dos mocambos “alagoanos” dos Palmares.

Figura 3
Mapa anexo ao Processo de Tombamento da Serra da Barriga, c.1985



Assim, até o início da década de 1990, não havia divergência entre os historiadores quanto à localização de *Macaco* na serra da Barriga. A unanimidade historiográfica e o apoio dos estudiosos de Alagoas certamente contribuíram para que os arqueólogos escolhessem o local para

41 IPHAN, Processo de Tombamento n. 1069-T-1982 (1981-2004), v. 2, fl. 98.

realizar as escavações em 1992.⁴² Quanto aos outros mocambos, o Projeto Arqueológico Palmares não foi além da constatação da diferença entre as referências geográficas presentes na Relação de 1678, no mapa de Thofehrn publicado por Freitas e no mapa do processo de tombamento da serra da Barriga.⁴³

Não deixa de ser surpreendente que, durante todo o tempo e apesar do interesse historiográfico, arqueológico e político, a documentação textual seiscentista não tenha sido explorada. O primeiro a voltar às fontes para propor uma nova cartografia para os Palmares foi Felipe Aguiar Damasceno.⁴⁴ Interessado em analisar “o processo de ocupação das antigas terras dominadas pelos mocambos dos Palmares”, em especial a distribuição de sesmarias na região entre 1678 e 1775, ele precisou investigar as dimensões territoriais dos Palmares e utilizou recursos do georreferenciamento, explicando passo a passo os critérios adotados para localizar os mocambos.

Apoiado em documentos holandeses e portugueses, especialmente no *Diário de Viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1645*, Damasceno situou os mocambos durante a dominação holandesa e a restauração pernambucana (1630-1653) no sertão da vila de Sirinhaém e na região do “sertão das Alagoas [...] entre os rios Paraíba e Mundaú,

42 A escolha da serra da Barriga foi reforçada pela existência de vários artefatos cerâmicos na superfície do local, já bastante remexido com terraplanagens e a instalação de monumentos. Cf. Orser Jr., *In Search of Zumbi*, pp. 10-16; Funari, “A arqueologia de Palmares”, pp. 26-51. Estranhamente, nos diversos textos produzidos pelos integrantes da equipe, não há referências às 12 incursões à serra da Barriga realizadas entre 1837 e 1977, que documentam a existência de ruínas na região. A respeito, ver: Moacir Medeiros de Sant’Ana, *Mitos da escravidão*, Maceió: Secretaria de Comunicação Social, 1989; Andressa Mercês Barbosa dos Reis, “Zumbi: historiografia e imagens”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004, pp. 93-94 [↗](#).

43 Orser Jr., *In Search of Zumbi*, p. 11.

44 Felipe Aguiar Damasceno, “A ocupação das terras dos Palmares de Pernambuco (séculos XVII e XVIII)”, Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018 [↗](#). Uma tentativa anterior foi empreendida por Aloisio Vilela de Vasconcelos (*O assassinato de Zumbi*, cap. 3), que desenhou quadrantes onde poderiam estar localizados os principais mocambos mencionados pela relação de 1678, que ele situa nos atuais estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

chegando ainda até o rio São Miguel e os Campos de Cunhaú, fronteira entre as freguesias de Alagoas e Rio de São Francisco”.⁴⁵

Figura 4
Mapa dos mocambos atacados entre c.1600-1654, elaborado por Felipe Damasceno em 2018



45 Damasceno, “A ocupação das terras dos Palmares”, pp. 40-41. O mapa está na p. 34. Damasceno consultou o original holandês, que o levou a identificar o “mocambo do Dambij”. Ver: Arquivo Nacional da Holanda (ANH), Haia, NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv.nr.60, doc. 47, *Journal vande voyagie die Cap[itey]n Johan Blaer gedaen heeft naer de Palmares A.o 1645*.

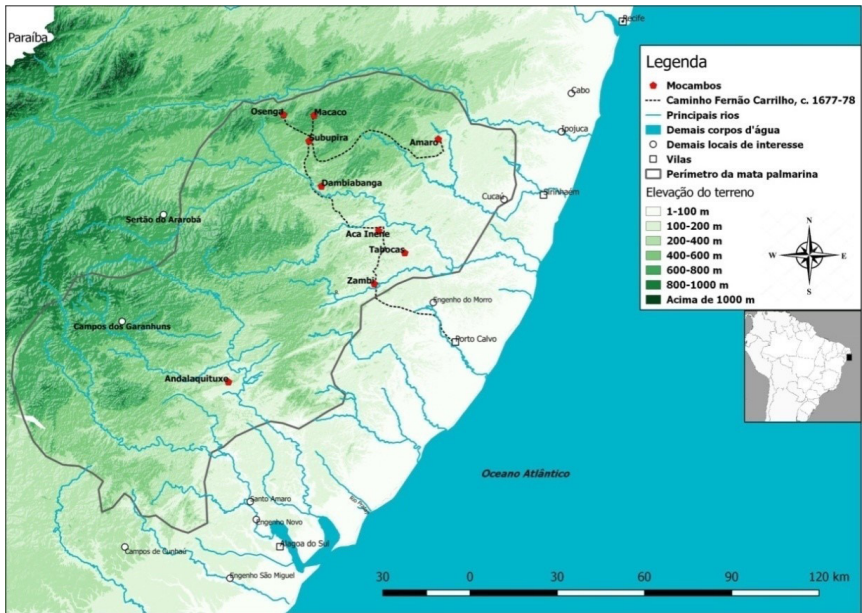
Em seguida, Damasceno recorreu à Relação de 1678 para identificar o que considerou ser “o apogeu dos mocambos de Palmares”, no período entre 1669 e 1674.⁴⁶ Constatou que a descrição dos mocambos feita neste documento “corresponde ao deslocamento das tropas que os atacaram [...], a partir das vilas do litoral”.⁴⁷ Assim, seguindo a rota das expedições de Manuel Lopes e Fernão Carrilho “através das curvas dos grandes rios da região”, situou os mocambos do *Zambi*, *Aca Inene*, *Dambiabanga*, *Subupira* e *Macaco* a noroeste de Porto Calvo e Sirinhaém, num percurso total de cerca de 135 km. O mesmo procedimento não pôde ser adotado no caso de *Amaro*, que ele plotou no mesmo local apontado por Freitas, e de *Andalaquituxe*, que posicionou na serra da Barriga por considerar que esses lugares coincidiam com as distâncias e direções mencionadas na Relação de 1678.⁴⁸

46 Damasceno, “A ocupação das terras dos Palmares”, pp. 53-54. Damasceno utilizou as versões do manuscrito de 1678, guardadas pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (localizada por mim em dezembro de 2009) e pela Biblioteca Pública de Évora, o que lhe permitiu modificar a grafia dos nomes dos mocambos e de seus líderes. Ver: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Lisboa, Manuscritos da Livraria, Papéis Vários, t. I, cod. 1185, [*Manuscrito sem título*], fl. 149-155v. Para mais informações sobre esse manuscrito, suas versões e a atribuição de autoria ao padre Antônio da Silva, bem como sobre a notação dos nomes palmaristas, ver: Silvia Hunold Lara e Phablo Roberto Marchis Fachin (orgs.), *Guerra contra Palmares: o manuscrito de 1678*, São Paulo: Chão Editora, 2021.

47 Damasceno, “A ocupação das terras dos Palmares”, p. 107.

48 Damasceno, “A ocupação das terras dos Palmares”, p. 113.

Figura 5
Mapa dos mocambos de Palmares a partir da Relação, c.1674, elaborado por Felipe Damasceno em 2018



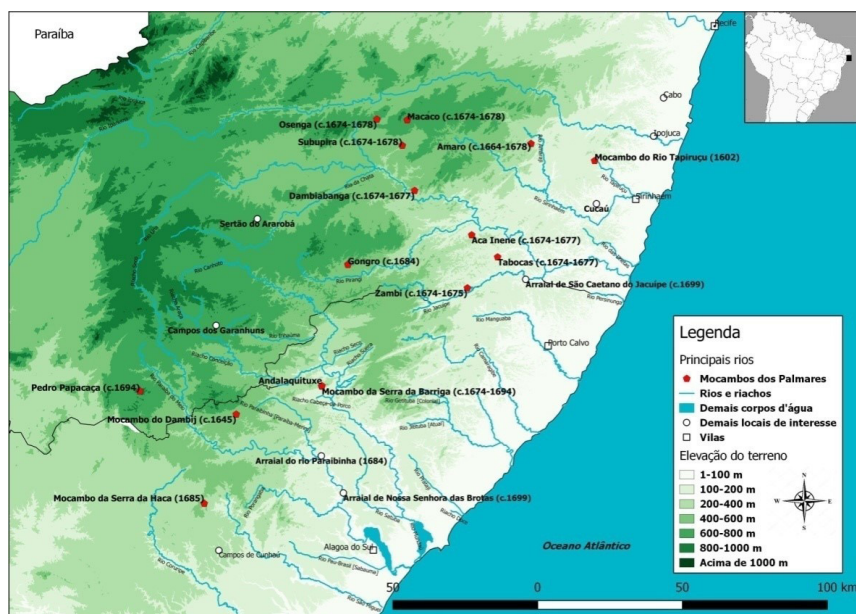
A descontinuidade entre a região ocupada pelos mocambos do tempo dos holandeses e os descritos em 1678 é patente. Ela é explicada por Damasceno pela necessidade de deslocamento dos fugitivos em função da repressão que, por sua vez, dependia das condições de os senhores de engenho custearem as campanhas contra os Palmares. O autor observou ainda que, de acordo com a documentação, o mocambo de *Macaco* “ficava a quilômetros” da serra da Barriga, fora destruído por Fernão Carrilho e não era mencionado pelas fontes que se referiam à resistência liderada por Zumbi a partir da década de 1680.⁴⁹

Em outro mapa, posicionou três mocambos atacados pelos paulistas no período entre 1692 e 1700: o de *Zumbi* (na serra da Barriga) e, ao norte e a oeste deste, os do *Gongro* (em Quipapá, no

49 Damasceno, “A ocupação das terras dos Palmares”, p. 56, 108.

agreste pernambucano) e de *Pedro Papacaça* (no atual município de Bom Conselho). Em um último mapa (Figura 6), associou todos esses mocambos ao da serra da Haca (entre os rios Coruripe e São Miguel), datando o momento em que foram mencionados na documentação, de modo a evidenciar “a espacialidade e historicidade das comunidades palmarinas, ao longo do século XVII”.⁵⁰ Surge, assim, uma nova distribuição espacial, com Zumbi instalado na serra da Barriga, desde a década de 1680, e dois mocambos situados longe um do outro e bem afastados das vilas coloniais, na década de 1690. A única continuidade a ecoar na cartografia de Damasceno é a da ocupação da serra da Barriga, local do mocambo de *Andalaquituxé* no final dos anos 1670.

Figura 6
Mapa dos mocambos de Palmares no século XVII, elaborado por Felipe Damasceno em 2018



50 Damasceno, “A ocupação das terras dos Palmares”, p. 129, 160. O mapa está na p. 162.

Como se pode observar, a releitura das fontes deu origem a uma nova cartografia dos Palmares, bem diferente de tudo o que havia até então. Como os objetivos de Damasceno visavam discutir a distribuição de sesmarias depois das vitórias de 1678 e de 1694, sua análise se concentrou mais nos aspectos geográficos, sem relacioná-los a outros elementos da história dos mocambos. Os mapas que elaborou, porém, permitem estabelecer pelo menos três conjunturas geográficas distintas dos Palmares: a do período da ocupação holandesa, quando os principais mocambos estavam situados a noroeste de Alagoas do Sul, entre os rios Paraíba e Mundaú; a descrita na Relação de 1678, com a maior parte dos mocambos concentrados a noroeste de Porto Calvo, entre os rios Jacuípe e Ipojuca; e a posterior ao fracasso do acordo de paz, que ele estende até 1700, em que os mocambos estão mais espalhados e afastados do litoral.

Evidentemente, a análise está limitada pelos elementos constantes nas fontes, que nem sempre mencionam dados passíveis de serem cartografados. Elas oferecem, contudo, informações suficientes para colocar em xeque a continuidade, que fora se construindo na historiografia, entre os Palmares holandeses e os destruídos em 1677-1678 e, depois, em 1694. Sigo o caminho aberto por Damasceno, agregando outras referências geográficas encontradas na documentação e procurando relacionar as dimensões espaciais dos Palmares a sua história política.⁵¹ Minha análise focaliza as duas últimas conjunturas, a partir dos anos 1670, indo até as décadas iniciais do século XVIII. Para me concentrar em seus principais elementos, deixo de comentar aqui a presença de gente dos Palmares em regiões mais ao sul (entre Alagoas e a vila do Rio de São Francisco – atual Penedo) e ao norte (nas matas de Santo Antônio).

51 Análise com mais detalhes os aspectos políticos da história dos Palmares em: Silvia Hunold Lara, *Palmares & Cuaú: o aprendizado da dominação*, São Paulo: Edusp, 2021, que serve de apoio para os argumentos desenvolvidos nas próximas páginas.

A primeira observação a fazer é que, apesar de a Relação de 1678 mencionar que os Palmares ocupavam uma ampla região, que ia da “parte superior do rio de São Francisco” até “o sertão do cabo de Santo Agostinho”, próxima das povoações de Ipojuca, Sirinhaém, Alagoas, Una, Porto Calvo e São Miguel, a área onde estavam os mocambos atacados pelas expedições de Fernão Carrilho e Manuel Lopes é bem menor.⁵² Partindo de Porto Calvo, as tropas seguiram em direção noroeste, buscando uma região precisa – a área de grandes mocambos que haviam sido invadidos anos antes.

Instruções dadas em 1664 aos comandantes de uma expedição enviada aos Palmares pelo governo de Pernambuco indicam que o mocambo “grande” do *Amaro* já era então conhecido – o que permite supor que a ocupação do sertão de Sirinhaém pode ter principiado quase uma década antes.⁵³ A Relação de 1678 menciona uma expedição comandada por Manuel Lopes que, em dezembro de 1675, “descobriu uma grande cidade de mais de 2 mil casas fortificadas de estacada de pau a pique”, que foi invadida e incendiada. Durante os cinco meses seguintes, partindo de um arraial assentado naqueles “sertões”, perseguiu fugitivos e chegou a ferir o “general das armas que se chamava o Zambi”.⁵⁴ Ainda que o texto não ofereça qualquer referência geográfica para essa expedição, a menção ao nome da liderança militar e a sua importância é indicativa do conhecimento acumulado sobre os Palmares pelas autoridades pernambucanas.

Esse conhecimento, expresso nas fontes administrativas, revela que, mais que simplesmente instalados em uma região, os mocambos configuravam um espaço político e social: entre os anos 1660 e 1670 havia se formado, ali, um *território*, termo caro para os geógrafos. Desde finais

52 Padre Antônio da Silva, “Relação da ruína dos Palmares” in Lara e Fachin (orgs.), *Guerra contra Palmares*, p. 16, 22.

53 AUC CCA VI III-I-1-31, ff. 164v-166v, d. 122, *Regimento de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão Antônio da Silva Barbosa, de 26 de novembro de 1664*.

54 Silva, “Relação da ruína dos Palmares”, pp. 26-27.

do século XIX, indo além da análise da paisagem natural, os estudiosos passaram a se preocupar cada vez mais com as relações entre o homem e a natureza. O conceito de “território”, central para essa área do conhecimento, passou a ser definido pela qualificação de um espaço a partir do domínio de um grupo humano sobre ele, de seus usos sociais ou ainda dos significados culturais atribuídos a ele.⁵⁵ Apesar de a ênfase em tais aspectos variar ao longo do tempo, ou propor a somatória dos vários elementos, o recorte analítico quase sempre esteve ligado à constituição dos territórios nacionais. Não é este o caso aqui,⁵⁶ mas pode-se reter os nexos entre política, relações sociais e cultura que estão imbricados na tradição do conceito para inquirir os significados da dimensão territorial em períodos anteriores.⁵⁷

O espaço ocupado pelos mocambos dos Palmares no final dos anos 1670 era reconhecido pelos moradores e autoridades de Pernambuco como sendo distinto do que estava sob jurisdição portuguesa, estando sob o domínio de Gana Zumba. Ele foi designado na Relação de 1678 como “rei” dos Palmares, um líder político e militar que governava uma rede de mocambos que estavam “a cargo de potentados e cabos maiores” que, por sua vez, integravam uma rede de relações de parentesco (com mãe, irmão, filhos, netos e sobrinhos), na qual ele era a figura de referência.⁵⁸ A documentação administrativa coeva permite concluir que a parentela

55 Ver, por exemplo: Antonio Carlos Robert de Moraes, *Geografia: pequena história crítica*, São Paulo: Annablume, 2003.

56 Os recortes cronológicos não impedem que as análises possam ser inspiradoras, como no caso da obra de Milton Santos. Ver, por exemplo: Milton Santos, *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*, São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

57 Ver, por exemplo: Antonio Carlos Robert de Moraes, *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*, São Paulo: Hucitec, 2000; José Vicente Serrão, Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues e Susana Münch Miranda (orgs.), *Property rights, land and territory in the European overseas empires*, Lisboa: CEHC-IUL, 2014.

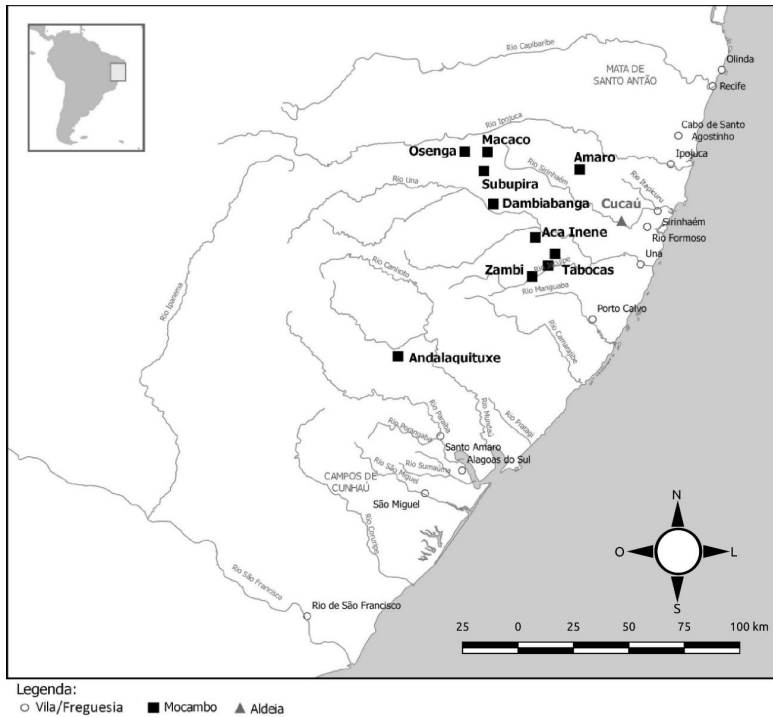
58 É difícil saber se os laços eram consanguíneos ou indicavam títulos de uma hierarquia linhageira à moda centro-africana. Ver, a respeito: Lara, *Palmares & Cucaú*, pp. 161-230.

governante dos Palmares e sua organização militar era reconhecida como tal pelos capitães das tropas que atacaram os mocambos e pelos governadores de Pernambuco – assim como o espaço que ocupavam e dominavam, já que as expedições partiram de Porto Calvo e não de Alagoas do Sul, como no tempo dos holandeses.

Segundo a Relação de 1678, “a cerca real chamada o *Macaco*” era “a metrópole entre as mais cidades e povoações”, tinha uma cerca de pau a pique, com estrepes de ferro à volta, mais de 1.500 casas e uma capela em seu interior. *Subupira*, “a segunda cidade”, era fortificada com baterias de madeira e pedras, tinha mais de 800 casas e ocupava “perto de uma légua de comprido”. O mocambo do *Amaro* também era fortificado, “com grandes e grossas estacadas”, medindo quase uma légua e abrigando mais de mil casas.⁵⁹ A hierarquia entre os mocambos acompanhava grosso modo a da rede de parentes, configurando o desenho político de um estado. Com poder e jurisdição sobre terras e gentes, Gana Zumba era “rei e senhor” dos Palmares, cujos habitantes foram chamados “palmaristas”. O uso do gentílico, assim como os elementos que compõem a descrição, revela que as autoridades coloniais reconheciam as dimensões políticas e sociais do território ocupado pelos Palmares. Esse território pode ser visualizado na Figura 7.

59 Silva, “Relação da ruína dos Palmares”, pp. 19-21, 37.

Figura 7
Os Palmares e a aldeia de Cucaú, segundo a Relação de 1678⁶⁰



Como se pode observar, há uma clara concentração dos mocambos a noroeste de Porto Calvo e Sirinhaém, distante de *Adalaquituxe*, situado bem mais ao sul – o único a manter certa proximidade com a área dos assentamentos no tempo dos holandeses. Para além da distribuição geográfica e de seus significados políticos, outros elementos oferecidos pelas fontes são reveladores.

60 Mapa elaborado pelo geógrafo Rodrigo Fernandes Silva, com arte final de Flávia Peral, aos quais agradeço pelos conhecimentos técnicos e pela preciosa colaboração. Os locais são aproximados e seguem as indicações de Damasceno (Figura 5), com exceção de *Adalaquituxe*, que localizo na serra do Cafuxi, como Brandão e Carneiro, já que as referências à serra do Barriga só aparecem na documentação a partir de 1680-1681.

Embora não descreva especificamente o ataque a *Macaco*, a Relação de 1678 deixa evidente que a cerca real foi invadida e o rei Gana Zumba obrigado a retirar-se para *Subupira* e, depois de esta ser atacada, para *Amaro*, de onde fugiu novamente, para local ignorado.⁶¹ Anos mais tarde, ao relatar seus serviços para pleitear o posto de capitão do Ceará, Fernão Carrilho mencionou ter feito duas entradas contra os Palmares. Uma em 1676, pela capitania das Alagoas, quando “destru[iu], mat[ou], f[ez] fugir e aprision[ou]” muitos negros; e outra em 1677, ocasião em que atacou a cerca real, assentou nela o arraial e aprisionou “200 negros, a rainha e dois filhos do rei, que, por escapar, largou as armas, matando-lhe quatro filhos e o seu mestre de campo geral com alguns potentados, e tanta gente que, pela pouca que ficou dos Palmares, dividida por várias partes, qualquer tropa acabaria de a destruir”,⁶² ou seja: não apenas *Macaco*, mas os principais mocambos dos Palmares foram arrasados em 1677.

As tropas que invadiram os Palmares nessa ocasião também mataram e feriram muita gente, atingindo a estrutura política palmarista: vários parentes de Gana Zumba e chefes militares de vários mocambos foram mortos ou aprisionados. Essas e outras circunstâncias e interesses levaram à negociação de um acordo de paz entre os Palmares e as autoridades de Pernambuco em junho de 1678. Uma de suas cláusulas previa a concessão de terras situadas em uma “dilatada mata que jaz pelas cabeceiras de Sirinhaém e rio Formoso que se chama Cucaú”, onde Gana Zumba e sua gente se instalaram em uma aldeia.⁶³ Para lá se deslocaram cerca de 300 a 400 pessoas que habitavam pelo menos três mocambos, liderados por Gana Zumba e Gana Zona.⁶⁴

61 Silva, “Relação da ruína dos Palmares”, p. 20, 34, 37-38.

62 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Conselho Ultramarino (CU), Brasil – Ceará (006), cx. 1, d. 42, *Consulta do Conselho Ultramarino de 6 de maio de 1699* ☞.

63 Padre Antônio Silva, “Relação da ruína dos Palmares: o manuscrito de Évora” in Lara e Fachin (orgs.), *Guerra contra Palmares*, pp. 149-150. O original está em: Biblioteca Pública de Évora (BPE), Évora, cod. CXVI-2-13-n. 9, *Relação do que se passou na guerra com os negros dos Palmares nos sertões de Pernambuco*, 1678.

64 Ver, por exemplo: AHU CU, Consultas de Pernambuco (102), cod. 265, ff. 26-28v, *Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de janeiro de 1680* ☞; AHU CU, Consultas

Algumas fontes sugerem que a escolha do local foi de Gana Zumba.⁶⁵ Além de ter “palmeiras para o seu sustento”, estava situado a leste do território palmarista, mantendo com ele uma relação de proximidade. Enfraquecido pela grande quantidade de mortes e de prisioneiros, com a rede de mocambos destruída e a liderança linhageira esgarçada, Gana Zumba pode ter negociado a paz para tentar salvar seus súditos da destruição completa. Como líder de uma população proveniente em grande parte de Angola, seguia uma sintaxe política centro-africana que, na outra margem do Atlântico, havia levado muitos *sobas* a se avassalarem depois de derrotados nas guerras promovidas pelos portugueses na região. A proposta pôde ser aceita pelo governo de Pernambuco ao se associar a práticas coloniais de sujeição dos ameríndios nos Estados do Maranhão e do Brasil. A aldeia de Cucaú estava mais próxima do litoral e contava com a presença de padres, permitindo maior controle da governança de Pernambuco sobre os sobreviventes dos Palmares.

A localização de Cucaú parece ter combinado, assim, lógicas políticas palmaristas e coloniais. De modo diverso, ambas dialogavam com o território ocupado pela rede linhageira dos mocambos, mas tiveram suas expectativas frustradas. De um lado, nem todos os habitantes dos Palmares seguiram para Cucaú, pois Zumbi e sua “gente de guerra” permaneceram nos matos, penetrando no “mais oculto daqueles Palmares”.⁶⁶ De outro, Cucaú não sobreviveu muito tempo.

Em abril de 1680, o governador de Pernambuco informou o príncipe regente ter derrotado todos os mocambos, sobrando apenas Zumbi, que liderava uns “poucos” que logo seriam submetidos. Mencionou também a destruição da aldeia de Cucaú, cujos habitantes estavam “conjurados para se retirarem outra vez [para os matos] levando

Mistas 031, cod. 19, ff. 331v-336v, *Consulta do Conselho Ultramarino de 5 de abril de 1702* ☞.

65 “Papel que levaram os negros dos Palmares, em 22 de junho de 1678” in Lara e Fachin (orgs.), *Guerra contra Palmares*, pp. 176-178; AHU CU 031, cod. 19, ff. 331v-336v, *Consulta do Conselho Ultramarino de 5 de abril de 1702*.

66 AHU CU 102, cod. 265, ff. 26-28v, *Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de janeiro de 1680*.

muitos escravos dos moradores daquela vizinhança”.⁶⁷ Depois de sitiada por três meses, grande parte de seus habitantes, por volta de “200 peças, entre famílias e negros de armas” incluindo “os principais motores da rebelião”, acabou presa e reescravizada.⁶⁸

Ao contrário do que pensava o governador, no entanto, os Palmares não haviam sido desmantelados. Em 1680, Zumbi já estava instalado no outeiro do Barriga.⁶⁹ O núcleo político e militar dos Palmares havia se deslocado mais uma vez. Voltava à região próxima de onde estavam alguns dos mocambos do tempo dos holandeses e o de *Andalaquituxe*.⁷⁰

A ocupação do outeiro parece ter sido nova e não foi contínua. Em novembro de 1681, a cerca foi atacada por “mais de três horas” e invadida; muitas casas e armazéns de mantimentos foram queimados e mais de 600 pessoas aprisionadas.⁷¹ Então desalojado, Zumbi afastou-se, mas deve ter retornado em algum tempo, pois houve uma segunda ofensiva contra o Barriga em 1683; depois retirou-se “com sua gente [...] para outro sertão” e, em abril de 1684, estava instalado “na paragem a que chamam Gongoro”, a 40 léguas da vila de Alagoas do Sul.⁷² Em algum momento, voltou a se abrigar no Barriga, que continuou a ser acometido por expedições em 1684 e 1685. Ali permaneceu até 1694.

67 AHU CU 102, cod. 265, fl. 29v, *Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de agosto de 1680*.

68 AHU CU, Pernambuco (015), cx. 14, d. 1406, *Consulta do Conselho Ultramarino de 4 de março de 1687* ☞.

69 AHU CU 015, cx. 017, d. 1741, *Consulta do Conselho Ultramarino de 20 de dezembro de 1697* ☞.

70 *Andalaquituxe* talvez também tenha se deslocado, pois documentos posteriores registram, entre as muitas mortes feitas durante o ataque ao mocambo *Garanhum* (situado “a 60 léguas de distância”), a de seu “maior”, *Andola Guitugi*, que pode ser outra maneira de grafar o mesmo nome. A expedição não foi datada, mas deve ter ocorrido depois de 1677-1678 e antes de 1681. AHU CU 015, cx. 17, d. 1696, *Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de março de 1696* ☞.

71 AHU CU 015, cx. 19, d. 1863, anexo 12, *Certidão expedida por Clemente da Rocha Barbosa sobre os serviços de Antônio Pinto Pereira, em 27 de novembro de 1681* ☞; ANTT, Chancelaria de D. Pedro II (CHR S), Doações, ofícios e mercês (001), l. 18, ff. 233v-234v, *Carta Padrão de tença para Domingos Rodrigues Carneiro de 23 de abril de 1688* ☞.

72 AHU CU 015, cx. 19, d. 1867, *Consulta do Conselho Ultramarino de 12 de fevereiro de 1701* ☞.

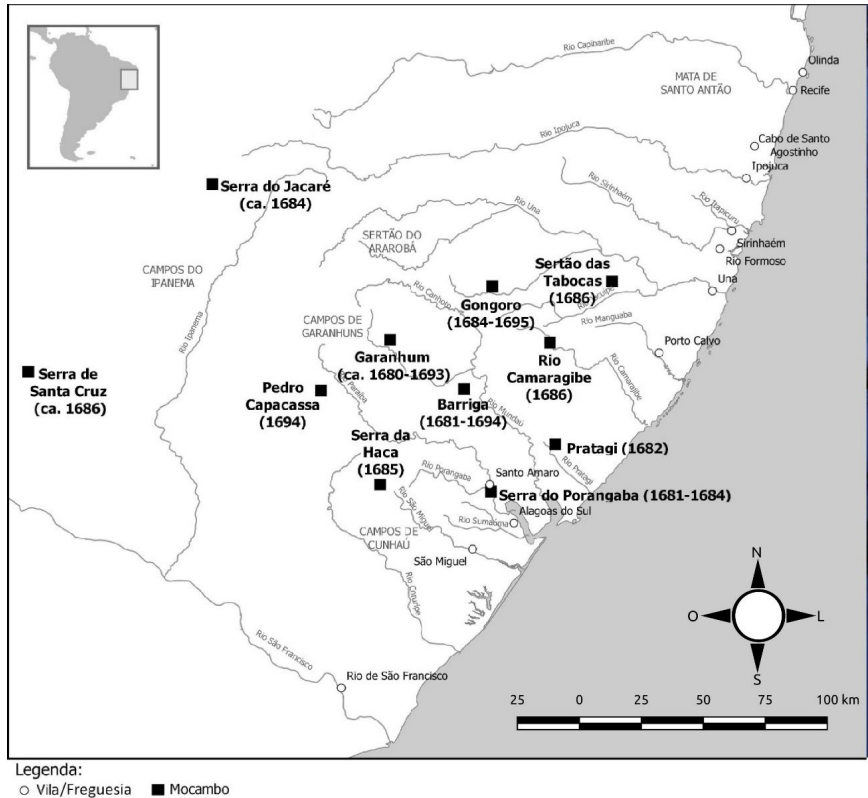
Ainda que a documentação seja escassa quanto a detalhes, é possível perceber que os mocambos não constituíam pontos fixos, havendo mudanças motivadas por questões ambientais, pela necessidade de melhor defesa ou de reagrupamento depois dos ataques sofridos. Eram bem diferentes das fortalezas portuguesas, construídas de pedra e cal, cercadas por muralhas, em pontos definidos e relativamente circunscritos. Os mocambos estendiam-se às vezes por alguns quilômetros, abrigando roças e matas além do núcleo com edificações (casas, oficinas etc.). Aproveitavam geralmente os acidentes geográficos locais (como despeñadeiros e afloramento de pedras) e os mais importantes eram defendidos por paliçadas rodeadas de armadilhas, seguindo práticas militares centro-africanas. Havia assentamentos maiores e menores, mais ou menos estáveis, conforme as circunstâncias permitiam.⁷³ O deslocamento não era, portanto, uma novidade.

A documentação registra dados geográficos que permitem localizar outros mocambos, atacados entre o início da década de 1680 e meados dos anos 1690, no sertão do Garanhum, na serra de Porangaba, no rio Camaragibe, no sertão das Tabocas, na serra da Batalha, na de Santa Cruz e na de Haca.⁷⁴ Alguns podiam ocupar locais mais antigos, como o das *Tabocas*, mais afastados, como o da serra do Jacaré, ou bem mais perto do litoral, na do Porangaba, durando muito tempo ou sendo mais efêmeros.

73 ANH NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr .60, doc. 47, *Journael vande voyagie; Silva*, “Relação da ruína dos Palmares”, p. 17, p. 21, p. 26, p. 34.

74 AHU CU 015, cx. 17, d. 1696, *Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de março de 1696*.

Figura 8
Os Palmares entre 1681 e 1695⁷⁵




Como afirmou o governador de Pernambuco, havia, então, “novos mocambos que [iam se] formando no mato”.⁷⁶ Eram muitos e estavam dispersos por uma vasta região, sem formar uma rede nem haver relações de parentesco entre seus líderes. Às vezes as fontes indicam os nomes de alguns deles ou mencionam a prisão de um filho ou sobrinho de seus chefes. Nos documentos desse período, Zumbi é chamado em alguns de




75 Mapa elaborado pelo geógrafo Rodrigo Fernandes Silva, com arte final de Flávia Peral. Os locais são aproximados.

76 AUC CCA VI III-I-1-31, ff. 402-403, d. 7, *Provisão do governador de Pernambuco de 6 de setembro de 1685*.


“rei dos Palmares”, mas com maior frequência, de “capitão” e “corsário”, termos que ressaltam antes suas qualidades militares que políticas.⁷⁷ Não havia mais um território palmarista, como nos anos 1670. Desde meados da década de 1680, a ampla área por onde se espalhavam as diversas cercas e mocambos era percorrida em “correrias” por grupos cada vez mais militarizados. Foi nesse contexto que a palavra “quilombo” começou a ser usada pelas autoridades de Pernambuco para também designar as cercas e mocambos.⁷⁸ À nova modalidade de ocupação do espaço correspondia uma nova organização política e militar dos Palmares, e o aparecimento do termo marca essas alterações.⁷⁹

A essa altura, a palavra guardava certa proximidade com os sentidos que havia adquirido no outro lado do Atlântico. Lá, já não designava apenas o acampamento imbangala de guerreiros nômades unidos por rituais e regras específicas, mas também a capital de reinos como Matamba e Kasanje, que haviam se formado em meados do século XVII e resistiam ao avanço português pelos sertões centro-africanos.⁸⁰ Nos relatos dos feitos dos soldados que atuavam em Pernambuco, alguns dos quais haviam lutado em Angola,⁸¹ ela ecoava esses sentidos: os “negros levantados do Palmar” também eram refratários às propostas de paz e se opunham com tenacidade às expedições enviadas para combatê-los.

77 “Bando de 26 de março de 1680”, *Revista trimestral do Instituto do Ceará*, v. 20 (1906), pp. 268-269; ANTT CHR S 001, l. 4, fl. 247, *Carta Padrão de tença para Sebastião Pinheiro Camarão de 13 de março de 1688* .

78 A primeira vez em que isso acontece é em: AHU CU 015, cx. 21, d. 1952, anexo 14, Certidão expedida por João de Freitas da Cunha em 20 de março de 1680 . Ver também, entre outros: AHU CU 015, cx. 13, d. 1350, *Informação do Conselho Ultramarino de 1685* ; AHU CU 015, cx. 17, d. 1674, anexo 1, *Capítulos e condições concedidas a Domingos Jorge Velho em 3 de março de 1687* .

79 Para mais detalhes, ver: Lara, *Palmares & Cucaú*, pp. 354-370.


80 Maria Conceição Neto, “Kilombo, quilombos, ocilombo...”, *Mensagem: Revista Angolana de Cultura*, v. 4 (1989), pp. 5-6. Ver também: Kabengele Munanga, “Origem e histórico do quilombo na África”, *Revista USP*, v. 28 (1995-1996), pp. 56-63 .

81 Ver: Luiz Felipe de Alencastro, “História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares” in Flávio Gomes (org.), *Mocambo de Palmares: histórias e fontes (séculos XVI-XIX)*, (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010), pp. 75-76.

Nessa nova conjuntura, apesar da dispersão, o assentamento do Barriga constituiu um ponto de referência. Talvez para justificar seu fracasso na investida que liderou em 1692, Domingos Jorge Velho o descreveu como muito bem fortificado “com três cercas e muito fogo e estreparia da banda de fora”, abrigando muita gente e parte do “mulherio”.⁸² Um texto que narra detalhadamente o ataque final realizado no início de fevereiro de 1694 identifica com clareza ser ali o lugar “onde se achava o negro Zumbi, cabeça de todos os do Palmar, fortificado com todos os negros e famílias dentro da dita cerca”. Tinha “mais de légua e meia em roda”, com 232 casas, 40 tendas de ferreiros e uma mata de meia légua. Mesmo reunindo soldados dos regimentos locais e de paulistas experientes nas lutas contra índios e mocambos, as tropas tiveram dificuldade em vencer o Barriga. Muitos de seus habitantes e guerreiros foram mortos, e entre 350 e 500 pessoas foram aprisionadas.⁸³ Mesmo exagerados, para desculpar a derrota ou enaltecer a vitória, os números indicam dimensões bem menores do que as de *Macaco*, *Subupira* e *Amaro*, tal como registradas na Relação de 1678, mas deixam evidente a força militar acumulada na cerca do Barriga e a confiança dos que ali buscavam abrigo.

Assim, há mudanças na história dos Palmares que não são apenas espaciais, mas também políticas. A destruição do Barriga em fevereiro de 1694 e a morte de Zumbi em novembro de 1695 marcam o fim de uma conjuntura. Ela não encerra, no entanto, a história dos Palmares. As fontes registram outros mocambos, em diversos locais, até as primeiras décadas do século XVIII. Os dados geográficos que fornecem escasseiam ainda mais para esse período, sendo possível localizar cartograficamente (mesmo que de forma aproximada) apenas três assentamentos, liderados

82 Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Lisboa, Reservados (RES), cod. 239, ff. 404-405, *Carta do mestre de campo Domingos Jorge Velho de 27 de novembro de 1692*.

83 BNP RES, cod. 11358, *Relação verdadeyra da guerra que se fez aos negros levantados do Palmar, governando estas capitãncias de Pernambuco o senhor governador e capitã-geral Caetano de Mello de Castro no anno de 1694*, fl. 75, fl. 94. O documento foi publicado por Maria Lêda Oliveira, “A primeira *relação* do último assalto a Palmares”, *Afro-Ásia*, v. 33 (2005), pp. 270-324 .

por Camuanga, João Martins e Mouza, nos sertões de Porto Calvo, do rio Coruripe e de Sirinhaém, destruídos respectivamente por volta de 1704, 1705 e 1714.⁸⁴ O número de mocambos diminuiu consideravelmente em relação ao período anterior, mas o padrão da dispersão e da militarização parece ter se mantido.

No início do século XVII, *Palmares* era um termo empregado para descrever as matas cheias de palmeiras da capitania de Pernambuco que, aos poucos, foi sendo usado para identificar um lugar específico, onde estavam assentados os mocambos dos “negros levantados” e, depois, um território, como no final dos anos 1670. Entre 1680 e 1694, toda a região ocupada pelos mocambos era chamada *Palmares*, embora, em alguns momentos, a palavra designasse apenas o núcleo concentrado na serra do Barriga. Ali não estava instalada a capital de uma rede linhageira de mocambos, mas o local era bem mais que um simples ponto na paisagem. Ocupado desde a década de 1680, abrigou a cerca do Barriga, que se tornou o centro de um conjunto de mocambos e quilombos espalhados por uma vasta área, identificada como *Palmares*.

O Barriga foi destruído em 1694. Apesar da grande quantidade de mortos e prisioneiros, houve gente que escapou, se escondeu nos matos, foi perseguida, mas conseguiu sobreviver. Um deles foi Camuanga, que havia comandado vários ataques às tropas paulistas na batalha de fevereiro de 1694. Poucos anos depois, ele já podia ser identificado por um capitão do terço de Domingos Jorge Velho como o “sucessor de Zumbi”.⁸⁵ Seu mocambo ficava nas cabeceiras de Porto Calvo, próximo ao arraial de São Caetano (situado nas margens do rio Jacuípe), cerca de 40 léguas do outeiro do Barriga.⁸⁶ As referências a Zumbi e ao núcleo central dos

84 AHU CU 015, cx. 20, d. 1921, *Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de maio de 1703* ☞; AHU CU 015, cx. 22, d. 2013, anexo 9, *Certidão do sargento-mor Cristóvão de Mendonça Arrais de 14 de julho de 1705* ☞; AHU CU 015, cx. 27, d. 2442, anexo 3, *Certidão dos oficiais da câmara de Sirinhaém de 28 de dezembro de 1714* ☞.

85 AHU CU 031, cod. 20, ff. 150v-156, *Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de janeiro de 1707* ☞.

86 Ver, por exemplo: ANTT CHR S 001, l. 29, ff. 80-81, *Carta patente de 29 de julho de 1704* ☞; AHU CU 015, cx. 20, d. 1921, *Consulta do Conselho Ultramarino de*

Palmares tornam evidente uma dimensão simbólica que não pode passar despercebida. Ela permeia os documentos administrativos do período posterior a 1695, avançando pelas primeiras décadas do século XVIII e revela lados antagônicos. Ao mesmo tempo em que os mocambos se espalhavam, mas mantinham elos diretos com a história dos Palmares, as terras em torno do outeiro do Barriga, de onde haviam sido desalojados, eram tenazmente disputadas por soldados e moradores.

Foi nesse contexto que Domingos Jorge Velho, ao requerer o cumprimento das cláusulas de seu contrato, anos depois da vitória de 1694, mencionou o tal “paralelogramo de terra”, que ele dizia ser “todo o país que [...] os negros ocupavam e habitavam e sujeitavam e dominavam”.⁸⁷ Construía, então, a imagem de um Palmares ainda poderoso e concentrado geograficamente para justificar a necessidade de transformar a região em *seu* território. Ele conseguiu: foi no outeiro do Barriga, “no lugar em que se deu a batalha”, que Velho e sua tropa de índios se instalaram, dando nova feição ao espaço antes ocupado pela cerca palmarista.⁸⁸ Foi nos sertões à roda daquela serra que se situaram as sesmarias doadas aos paulistas entre 1702 e 1775.⁸⁹ Assim, no início do século XVIII, a ocupação das terras foi se somando aos arraiais dos paulistas e seus índios

10 de maio 1703; AHU CU 031, cod. 20, ff. 150v-156, *Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de janeiro de 1707*.

87 AHU CU 015, cx. 18, d. 1746, anexo 2, *Requerimento de Domingos Jorge Velho*, c. 1697-1698 ☒.

88 “Carta do padre Miguel de Carvalho de 10 de outubro de 1700” in Ennes, *As guerras nos Palmares*, pp. 417-419, d. 73. A ocupação do Barriga pelo “regimento de brancos e índios” de Domingos Jorge Velho, que entrou pelo século XVIII adentro, foi provavelmente a responsável pelos artefatos indígenas encontrados pelas escavações arqueológicas realizadas no início da década de 1990. Mesmo Scott Joseph Allen, que realizou novas escavações na região em 2005-2007 e 2009-2012 e constatou ter havido ali uma significativa presença indígena antes e depois de Palmares, não se refere à presença dos paulistas e suas tropas de índios. Cf. Scott Joseph Allen. “Identidades em jogo: negros, índios e a arqueologia da Serra da Barriga” in Luiz Sávio de Almeida, Marcos Galindo e Juliana Lopes Silva (orgs.), *Índios do Nordeste: temas e problemas*, v. 2, Maceió: Edufal, 2000, pp. 245-275.

89 Damasceno, “A ocupação das terras dos Palmares”, pp. 184-193.

que se formaram no Barriga, em Jacuípe e Cucaú, não por acaso pontos de referência na história dos Palmares.⁹⁰

A ambição dos paulistas por terras e poder se associava ao interesse das autoridades coloniais em manter na região um contingente populacional que pudesse impedir, sem grande ônus para a Fazenda Real, a formação de novos Palmares. Havia, assim, uma luta simbólica por aquele espaço. Com sesmarias, arraiais e aldeias, talvez se pudesse aniquilar a memória da força política e militar dos mocambos e quilombos que haviam ocupado e dominado por tanto tempo as matas de Pernambuco.

O que ocorria ali era acompanhado de perto por governantes de outras capitanias. Nas Minas Gerais e no Rio de Janeiro, no início do século XVIII, novas formas de repressão às fugas foram instauradas para evitar o surgimento de novos Palmares.⁹¹ Cuidou-se, também, dos registros para a posteridade. A pena dos historiadores desse período deu prevalência à derrota dos Palmares em 1694, mais que a sua história ao longo de todo o século XVII. Nos dois casos mais famosos, de Sebastião da Rocha Pita e Domingos do Loreto Couto, a vitória obtida serviu para enaltecer Caetano de Melo de Castro que, depois de governar Pernambuco, havia se tornado vice-rei da Índia.⁹²

90 Sobre o terço dos paulistas, depois chamado do Palmar e seus arraiais, ver: AHU CU 015, cx. 22, d. 2009, *Carta do governador Francisco de Castro Morais de 2 de janeiro de 1706*; AUC CC A, Ordens Reais para o Governo de Pernambuco, 1715-1744 (VI III-I-1-34), ff. 166v-167v, d. 57, *Carta Régia de 29 de julho de 1724*.

91 Ver, por exemplo, “Carta do conde de Assumar de 13 de julho de 1718”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 3 (1898), pp. 251-252; Arquivo Nacional (ANRJ), Rio de Janeiro, Cartas Régias, c. 952, v. 10, fl. 45, *Carta régia de 24 de setembro de 1699*. Sobre o tema, ver: Sílvia Hunold Lara, “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos” in *Reise e Gomes (orgs.), Liberdade por um fio*, pp. 81-109.

92 Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, Lisboa Ocidental: Oficina de Joseph Antonio da Silva, 1730, pp. 471-486; Domingos do Loreto Couto, “Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco” [1757],

Os esforços não parecem ter conseguido o tão almejado êxito. Em 1746, ao reclamarem dos problemas causados por indígenas que reivindicavam ser livres, fugiam e se juntavam aos “soldados do Palmar”, os oficiais da câmara de Penedo se referiram ao “presídio” que estava “situado no mais interior das matas na comarca das Alagoas”. Segundo eles, ali havia “antigamente um grande arraial e quilombo de negros fugidos”, que havia custado “muito sangue em guerra campal” para ser destruído, mas continuava ser “o melhor asilo e sumidouro de vadios e malfeitores de toda a casta de gente, de índios, negros e ainda de alguns brancos” que costumavam sair “a furtar os escravos alheios” e cometer “outros desaforos”. Pediam providências, deixando evidente que o passado teimava em reaparecer, “causando grandes destroços nos senhores das terras”.⁹³

Todos esses elementos somados possam talvez explicar o fato de Palmares ter continuado ausente dos mapas e plantas produzidos nos séculos XVIII e XIX. A única exceção que conheço é a carta topográfica desenhada entre 1763 e 1766 por José Gonçalves da Fonseca, para ser oferecida pelo governador de Pernambuco ao secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado.⁹⁴ Ela registra as 25 novas vilas da capitania, criadas a partir das determinações da legislação indigenista de 1755-1757. Tudo nela enaltece o governo de Pernambuco, a Casa de Bragança e o ímpeto reformador de Pombal e seu irmão, para documentar o êxito da política instituída pelo Diretório dos Índios.⁹⁵ Os Palmares aparecem ali, não por acaso, espremidos entre Cimbres e Atalaia, duas daquelas novas vilas. Nem sombra do que havia sido no século XVII.

93 AHU CU, Alagoas (004), cx. 2, d. 116, *Carta da câmara de Penedo do Rio de São Francisco de 2 de agosto de 1746* [📄](#).

94 Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (GEAEM), Lisboa, 4586-3-38-52 (DSE) CART 247/2003, José Gonçalves da Fonseca, *Carta Topográfica aonde se compreendem as capitânicas de que se compõem ao presente o governo de Pernambuco*, 1766.

95 Sobre essa carta topográfica, ver: Thiago Alves Dias, “O espaço cartográfico enquanto escrita do poder”, *Navigator*, v. 7, n. 13 (2011), pp. 49-56 [📄](#).

Figura 9
Os Palmares na Carta Topográfica de 1766



Estas já são, no entanto, outras histórias, que demandam pesquisas mais aprofundadas e cuidadosas. Certamente há ainda muito a explorar na documentação. Os dados colhidos até agora, no entanto, bastam para mostrar que a história dos Palmares não foi linear nem contínua e que, ao longo do tempo, os mocambos ocuparam espaços diversos e de modos bem variados. Ao postular uma historicidade unívoca para os Palmares, a historiografia acabou reiterando uma representação cartográfica que elidiu as mudanças políticas e o deslocamento espacial que caracterizaram as diversas conjunturas de sua história. Permaneceu também desatenta aos significados simbólicos de suas dimensões espaciais e ao jogo político que marcou a produção das diversas descrições dos Palmares.

Mais complexa e constituída por mudanças e inflexões ao longo do tempo, a história da geografia dos Palmares que resulta da análise aqui realizada evidencia a força da cultura política que sustentou a formação dos mocambos, orientou o modo como ocuparam os sertões de Pernambuco e estruturou sua resistência por mais de um século. Conhecê-la permite ir além da tarefa “particularmente difícil” de “escavar heróis”, como confessou um dos arqueólogos do projeto da década de 1990.⁹⁶ Inquirir com mais cuidado as fontes talvez possa ser de pouca valia para definir lugares mais precisos para projetos arqueológicos. Aqui, como se observou desde o início, o desafio é outro: trata-se de buscar caminhos para entender melhor os Palmares, suas dimensões territoriais e os significados políticos que tiveram e continuam a ter – até hoje.

Recebido em 3 mar. 2021

Aprovado em 20 maio 2021

doi: 10.9771/aa.v0i64.43622



96 Funari, “A arqueologia de Palmares”, p. 47.

Este artigo analisa as representações cartográficas dos Palmares, o mais extenso e longo assentamento de fugitivos da história da escravidão no Brasil. Os mapas, publicados em 1947 por Edison Carneiro e, em 1971-73, por Décio Freitas, contêm inconsistências em relação às fontes, mas foram reiterados pela historiografia, servindo de referência para o tombamento da serra da Barriga, em 1985, e para escavações arqueológicas realizadas na década de 1990. Com base na releitura da documentação e em novos mapas elaborados, em 2018, por Felipe Damasceno, a ocupação contínua da região dos Palmares é questionada, e os significados políticos de suas dimensões territoriais são analisados, com especial atenção para as conjunturas do final dos anos 1670 e do período entre 1680 e 1694.

Palmares | Historiografia | Cartografia | Território

PALMARES:

CARTOGRAPHY, HISTORY AND POLITICS OF A TERRITORY

This article analyzes cartographic representations of Palmares, the largest and longest-lived maroon settlement in the history of slavery in Brazil. Despite inconsistencies regarding their sources, the maps published in 1947 by Edison Carneiro and in 1971-73 by Décio Freitas were acritically reproduced in the subsequent historiography, serving as references in the 1985 creation of the Serra da Barriga heritage site, as well as for archaeological excavations carried out in the 90s. Based on reinterpretations of primary sources on Palmares and on new maps drawn by Felipe Damasceno in 2018, the article critically examines the continuous occupation of the Palmares region and the political meanings of its territorial dimensions, particularly in the late 1670s and in the period between 1680 and 1694.

Palmares | Historiography | Cartography | Territory